

COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE DE GOIÁS DO FÓRUM NACIONAL DA  
SAÚDE DO CNJ.

Reunião por videoconferência por intermédio do aplicativo ZOOM  
<https://tjgo.zoom.us/j/88163153882>

Sexta-feira, 2 de agosto de 2024 às 8H45.

**Pauta:**

1. Continuidade do Debate sobre conciliação;
2. Projeto do Natjus Goiás e da presidência do TJGO para a criação de Banco de Notas Técnicas Local e de Painel de Judicialização do Natjus;
3. Inclusão de Programas de saúde pública e saúde suplementar nos mutirões do TJGO em bairros afastados.

**PARTICIPANTES:**

EDUARDO PEREZ OLIVEIRA, JUIZ DE DIREITO E PRESIDENTE DO COMITÊ DE SAÚDE E COORDENADOR DO NATJUS-GOIÁS.

ANA CRISTINA ANDRADE E BORGES TELES (NATJUS-GOIÁS).

CAMILA TAVARES (NATJUS-GOIÁS).

ISADORA LIAH (NATJUS-GOIÁS).

VALDECI JOSE CAETANO (TCE)

MARILIA CLAUDIA CARVALHAIS TEIXEIRA (COSEMS/GO)

DEBERTH PAULA DE VASCONCELOS (PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE GOIANIA)

ELISA MARIA ALESSI DE MELO (UNIMED)

GLAUCIA BORGES FERREIRA SDE SOUZA (CEJUSC)

LARISSA (CEJUSC)

NATALIA FURTADO MAIA (PGE)

SILVIA MARIA CHEMET KANSO (PGE)

REUNIÃO GRAVADA DE ACORDO COM O REGIMENTO INTERNO.

A reunião foi ministrada pelo Dr. Eduardo Perez Oliveira, coordenador do Comitê da Saúde, e abordou os seguintes tópicos: continuidade do debate sobre a conciliação; projeto do Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário – Goiás (Natjus – Goiás) e inclusão de programas de saúde pública e suplementar nos mutirões do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) em bairros.

A princípio, o Dr. Eduardo informou sobre a saída de Eliane da Procuradoria Geral do Município (PGM), o qual destacou como uma grande perda devido ao seu conhecimento e vontade de resolver questões na área da saúde.

Em seguida, foi discutido sobre a conciliação na área da saúde, com foco na resolução de conflitos fora do sistema judicial. Nesse contexto, a principal pauta discutida foi a continuidade das tratativas conciliatórias envolvendo a Unimed Goiânia, Unimed Cerrado com a intenção de incluir outros planos de saúde.

Oportunamente, Jackson, representante da NUPEMEC, mencionou que, embora o estado tenha interrompido as tratativas conciliatórias, as negociações continuam com os planos de saúde. A Larissa, representante da NUPEMEC, e a Elisa Maria Alessi de Melo, representante da UNIMED Goiânia, relataram sobre as reuniões produtivas, enfatizaram o compromisso da gestão atual da Unimed com a conciliação e a importância de uma mudança cultural interna para favorecer acordos pré-processuais.

Foi relatado que a conciliação tem o objetivo de resolver questões que sobrecarregam o judiciário e podem ser tratadas eficientemente fora dos tribunais. A inclusão de ferramentas digitais nas plataformas da Unimed foi proposta para facilitar os acordos entre os planos de saúde e os usuários.

A esse respeito, a Elisa ressaltou a necessidade de incluir a possibilidade de acordos nas plataformas da Unimed e destacou a importância de resolver questões que sobrecarregam o judiciário. Além disso, ela relatou sobre a resistência dos advogados, que muitas vezes preferem a judicialização, mas que a inclusão deles no diálogo é fundamental.

Gláucia Borges Ferreira De Souza, representante do Centro Judiciário de Soluções e Conflitos e Cidadania (CEJUSC), sugeriu incluir temas nas plataformas da Unimed para facilitar acordos. Foi mencionada a importância de utilizar pareceres do Natjus Goiás para evitar judicialização desnecessária, especialmente em casos como cirurgias reparadoras pós-bariátricas.

Outro ponto abordado foi a necessidade de mudança cultural interna nas instituições para favorecer a conciliação, que ainda enfrenta resistência por parte dos advogados. Foi sugerida a realização de eventos para explicar o funcionamento e a importância da conciliação, além de promover o diálogo entre advogados, magistrados e planos de saúde.

Em seguida, foi discutida a inclusão de programas sociais e de saúde nos mutirões de justiça realizados pelo Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO). Esses mutirões visam levar serviços básicos de saúde e palestras educativas para populações carentes. A Unimed e outras operadoras de saúde foram mencionadas como possíveis parceiras para essas iniciativas.

A discussão seguiu para a inclusão de programas sociais de saúde nos mutirões do TJGO. Leonys Lopes Campos da Silva e Jackson levantaram a ideia de levar serviços básicos de saúde e palestras educativas para populações carentes. A Unimed, com projetos como "Saúde no Parque", foi citada como potencial parceira para essas iniciativas.

Marília Cláudia Carvalhais Teixeira, representante do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Goiás COSEMS/GO, questionou se esses programas seriam apenas para Goiânia ou também para outras cidades como Anápolis, e foi discutida a possibilidade de expandir gradualmente para o interior do estado.

Foi também apresentado um projeto para a criação de um painel de controle de judicialização na área da saúde, utilizando a ferramenta Power BI. Esse painel será alimentado por uma planilha de trabalho padronizada segundo as diretrizes do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo é otimizar a análise e a transparência dos dados, facilitando a gestão das demandas judiciais na área da saúde.

Ainda sobre o projeto, foi ressaltada a necessidade de padronizar os objetos e classificadores de objetos nas planilhas de trabalho, para criar um banco de dados consistente que permita acompanhar e gerenciar melhor os processos judiciais relacionados à saúde. Isso inclui a análise de frequência dos objetos de saúde judicializados, a criação de gráficos e mapas para visualizar as demandas por região, e a possibilidade de vincular os valores dos medicamentos aos preços disponibilizados pela Anvisa.

Em última análise, foi apresentado a criação do Banco de Notas Técnicas, o qual é elaborado pelos pareceristas do Natjus Goiás. Tal banco de notas servirá como fonte de consulta para magistrados, operadores do direito e sociedade civil, a fim de subsidiar a judicialização da saúde local e nacional.

Em resumo, a reunião enfatizou a importância da conciliação como meio de resolver conflitos na área da saúde, a inclusão de programas sociais em mutirões de justiça, e a criação de ferramentas de gestão e transparência dos dados de judicialização, visando a melhoria do sistema de saúde e a redução da sobrecarga do judiciário.